DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1989/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/2872/2014
PROTOCOLO	: 1484118
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: RENATO DE SOUZA ROSA
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL, À ÉPOCA.
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 61/2014
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 1/2014
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL
EMPRESA CONTRATADA	: BANDA LILÁS PROMOÇÕES E PUBLICIDADES LTDA.-ME
VALOR CONTRATADO	: R$ 50.000,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO E TEOR DO CONTRATO. REGULARIDADE E LEGALIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos do Contrato Administrativo n. 61/2014 celebrado entre o Município de Bela Vista e a Banda Lilás Promoções e Publicidades Ltda.-ME, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n. 1/2014, cujo objeto é a apresentação de cinco shows, no período de 28.2.2014 a 4.3.2014, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sob a responsabilidade do Sr. Renato de Souza Rosa, Prefeito Municipal à época.

Analisa-se, neste momento, a inexigibilidade de licitação (1ª fase) e a formalização e o teor do contrato (2ª fase), nos termos do art. 120, I, "b", e II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Após a análise dos documentos apresentados pelo jurisdicionado, tanto o corpo técnico, conforme Análise ANA-4ICE-2982/2014, quanto o Ministério Público de Contas – MPC, Parecer PAR-MPC-GAB.5 DR.TMV/SUBSTITUTO-3676/2014, opinaram pela legalidade e regularidade da inexigibilidade de licitação e da formalização contratual.

DA DECISÃO

Extrai-se dos autos que não houve qualquer irregularidade que pudesse macular a contratação uma vez que foram atendidas as exigências contidas na Lei n. 8.666/93, bem como nas normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, razão pela qual a inexigibilidade de licitação e a

formalização e o teor do contrato merecem a chancela deste Colendo Tribunal.

Ante o exposto, acolho o entendimento da equipe técnica da 4ª Inspetoria de Controle Externo (ICE) e o parecer do MPC, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade** e **regularidade** da Inexigibilidade de Licitação n. 1/2014, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 120, I, "b" do RITC/MS;

2. pela **legalidade** e **regularidade** da formalização e teor do Contrato Administrativo n. 61/2014, conforme o disposto no art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art.120, II, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento às autoridade administrativas competentes, observado o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS;

4. pela **remessa** dos autos à 4ª ICE, para análise atos de execução do instrumento contratual.

Campo Grande, 23 de março de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

ejo